

Narrativas de vida e narrativas de mídia: Um estudo sobre a representação do trabalho escravo em reportagens televisivas¹

Flávia de Almeida MOURA²
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Resumo

O presente artigo é parte da pesquisa em andamento para a construção da tese de doutorado. Trata-se de uma primeira aproximação com os conceitos de representação e identificação do trabalho escravo na televisão brasileira que embasa um estudo de recepção junto a um grupo de trabalhadores rurais maranhenses que foram submetidos às condições de trabalho escravo contemporâneo. O texto discute questões teórico-metodológicas e traz alguns resultados preliminares da primeira fase do trabalho de campo. Também apresenta um *corpus* de pesquisa documental que reúne reportagens que foram veiculadas entre 2009 e 2013 na televisão aberta brasileira sobre o tema e exibidas aos trabalhadores em grupos de discussão durante pesquisa empírica.

Palavras-chave: representação; identificação; televisão, trabalho escravo.

1. Introdução

O presente artigo apresenta resultados preliminares de pesquisa em andamento sobre a representação de trabalhadores que foram submetidos às condições de trabalho escravo contemporâneo em reportagens veiculadas em canais abertos da televisão brasileira entre 2009 e 2013. Apresentamos a seguir algumas discussões acerca de categorias fundantes para o nosso estudo, como a de representação (HALL, 2003, 2010) e identificação (HALL, 2013; WOODWARD, 2013) – e articulamos com a de apropriação (THOMPSON, 2013) na busca de entender de que formas o grupo estudado percebe a representação que a mídia faz deles; mais propriamente a televisão.

Durante o estudo de recepção, percebemos que circulam *narrativas de vida* e *narrativas de mídia*, categorias que construímos para tentar compreender como se dá a produção dos sentidos no contexto dos sistemas de representação acerca do trabalho escravo.

2. Sistemas de representação

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² É professora do Departamento de Comunicação Social da UFMA (Universidade Federal do Maranhão). Mestre em Ciências Sociais e doutoranda em Comunicação/PPGCOM/PUCRS. Email: flaviaalmeidamura29@gmail.com

Buscando conectar os conceitos de representação ao sentido, à linguagem e à cultura, Stuart Hall (2010) analisa três diferentes teorias que utilizam a linguagem para representar o mundo: a reflexiva; a intencional e a construtivista, e aponta esta última como a perspectiva de maior impacto para os estudos culturais recentes, uma vez que o sentido é construído na linguagem e mediante ela.

A partir da perspectiva do construtivismo, Hall afirma que representação é a produção de sentido dos conceitos em nossa mente mediante a linguagem. Para ele, o vínculo entre os conceitos e a linguagem é o que nos capacita para distinguirmos o mundo real dos objetos; as pessoas dos eventos, entre outros.

Dentro dessa abordagem, a linguagem não funciona como um espelho. O sentido é produzido dentro da linguagem, por uma prática “pelo trabalho, da representação.”³ (HALL, 2010, p. 457, *tradução nossa*). É construído mediante a significação; pelas práticas que produzem sentido.

O autor ressalta ainda que a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às formas concretas assumidas pelo significado e/ou no exercício concreto da leitura e interpretação. Isso para ele requer a análise dos verdadeiros sinais, símbolos, figuras, imagens, narrativas, palavras e sons – as formas materiais – onde circula o significado simbólico. Mas, para Hall (2003), o significado não é direto nem transparente e não permanece intacto na passagem pela representação. Ele é sempre negociado e está em efetivo intercâmbio, ou seja, pode ser pensado como um processo de tradução, que facilite a comunicação cultural enquanto sempre reconheça a persistência da diferença e do poder entre os diferentes falantes de um processo de comunicação.

O que Hall chama de “sistemas de representação” são diferentes modos de organizar, agrupar e classificar conceitos e de estabelecer relações complexas entre eles, utilizando os princípios de semelhanças e diferenças também para distinguir uns dos outros. O sentido sempre depende da relação entre as coisas no mundo – pessoas, objetos e eventos reais ou fictícios – e é o que forma as “representações mentais”, resultando nos “mapas conceituais”, responsáveis por auxiliar os grupos sociais a interpretar o mundo; que vai compor o que o autor denomina de “sistemas de sentidos na cultura”.

Hall trata da linguagem num sentido mais amplo e inclusivo: entendido como um sistema escrito e falado e também formado por imagens produzidas por meios mecânicos, eletrônicos, digitais ou quaisquer outros meios, sempre quando é utilizada para expressar

³ (...) por el “trabajo”, de la representación.

sentidos. Dessa forma, segundo o autor, há portanto, dois “sistemas relacionados de representação”.

O primeiro nos permite dar sentido ao mundo mediante à construção de um conjunto de correspondências numa cadeia de equivalências entre as coisas - pessoas, objetos, eventos, ideias abstratas, etc. - e o nosso sistema de conceitos ou mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre o nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, organizados ou dispostos em várias linguagens que estão no lugar dos conceitos ou os representam. A relação entre as "coisas", conceitos e signos, está no coração da produção de sentido dentro da linguagem. O processo que vincula esses três elementos e se converte num conjunto é o que denominamos "representações"⁴. (HALL, 2010, p. 450, *tradução nossa*)

Desse modo, Hall entende as imagens como signos que possuem sentidos e, portanto, são passíveis de interpretação. Para isso, segundo o autor, é necessário acessar os dois sistemas de representação, compostos por (1) um mapa conceitual que relacione a coisa com a sua representação bem como (2) um sistema de linguagem que tenha alguma semelhança com o que se quer representar.

Principalmente neste ponto está o nosso interesse pelo conceito de sistemas de representação (HALL, 2010) uma vez que buscamos compreender de que formas os trabalhadores rurais maranhenses vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo percebem a representação que a mídia faz deles; mais especificamente na televisão, a partir de materiais jornalísticos que tratam do assunto.

Partimos dos dois sistemas relacionados de representação apontados por Hall – um referente aos mapas conceituais, ou seja, aos sentidos; e outro referente ao sistema de linguagem -- e tentamos identificar características desses sistemas tanto no grupo social estudado quanto na mídia, a partir da caracterização das reportagens jornalísticas escolhidas para instrumentalizar o estudo de recepção.

Mais do que entender, separadamente, mídia e trabalhadores; meios e recepção; partimos para compreender as relações entre os sistemas de representação que conseguem agregar o processo de comunicação entre televisão e trabalhadores e vice-versa.

⁴ El primero nos permite dar sentido al mundo mediante la construcción de un conjunto de correspondencias a una cadena de equivalencias entre las cosas – gente, objetos, eventos, ideas abstractas etc. – y nuestro sistema de conceptos, o mapas conceptuales. El segundo depende de la construcción de un conjunto de correspondencias entre nuestro mapa conceptual y un conjunto de signos, organizados o arreglados en varios lenguajes que están em lugar de los conceptos o los representan. La relación entre las “cosas”, conceptos e signos está em le corazón de la producción de sentido dentro de un lenguaje. El proceso que vincula estos três elementos y los convierte en un conjunto es lo que denominados “representaciones”.

Entendemos os sistemas de representação, neste caso, como uma espécie de mediação entre a mídia e os trabalhadores. É exatamente este movimento entre os sentidos relacionados que nos interessa.

Ao final, a ideia é perceber de que formas a imagem bem como as falas dos trabalhadores e/ou sobre eles na TV fazem sentido para eles ou correspondem com as suas próprias representações. Ou seja, se há relações entre os mapas conceituais e os sistemas de linguagem operacionalizados pela mídia com os mesmos culturalmente vivenciados pelos trabalhadores.

Para Hall, a relação entre os sistemas de representação é arbitrária; isto é, o sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa, nem tampouco na palavra. O sentido é construído pelos sistemas de representação; a partir de códigos compartilhados.

Uma maneira de pensar sobre a "cultura" é, portanto, em termos destes mapas conceituais compartilhados, sistemas de linguagem e códigos que governam a relação de tradução entre eles. Os códigos fixam as relações entre conceitos e signos. Estabilizam o sentido dentro de diferentes linguagens e culturas. Costumamos dizer que linguagem é utilizada para expressar ideia. O inverso também é verdadeiro. Os códigos nos dizem quais conceitos estão em jogo quando ouvimos ou lemos tais signos.⁵ (HALL, 2010, p. 452, *tradução nossa*)

Neste contexto, o estudo busca identificar e classificar os possíveis códigos compartilhados entre os sistemas de representação que envolvem trabalhadores e mídia, bem como os sentidos divergentes (ou não compartilhados) entre a codificação e a decodificação (HALL, 2003)⁶.

Para Hall (2010), o compartilhamento de sentidos ocorre, em geral, entre os indivíduos que pertencem a uma mesma cultura, isto é, pertencem ao mesmo universo conceitual e linguístico. Dessa forma, compartilhar sentidos é ver o mundo pelo mesmo mapa conceitual, utilizando o mesmo sistema de linguagem.

Buscamos nesse estudo entender até que ponto há compartilhamento de sentidos nos sistemas de representação que agregam a mídia e um grupo de trabalhadores rurais

⁵ Una manera de pensar sobre la "cultura" es, por tanto, en términos de estos compartidos mapas conceptuales, sistemas de lenguaje y de *códigos que gobiernan la relación de traducción entre ellos*. Los códigos fijan las relaciones entre conceptos y signos. Estabilizan el sentido dentro de diferentes lenguajes y culturas. Nos dicen qué lenguaje usar para expresar qué idea. El reverso es también verdadero. Los códigos nos dicen qué conceptos están en juego cuando oímos o leemos caules signos.

⁶ Vale destacar que a codificação é aqui representada pelas reportagens televisivas e entendida como textos que materializam códigos culturais e sociais do sistema de produção e circulação da notícia na TV brasileira enquanto a decodificação se refere aos trabalhadores rurais maranhenses entrevistados tanto coletiva quanto individualmente para a realização deste estudo de recepção.

maranhenses. Para tal objetivo, procuramos caracterizar os mapas conceituais bem como os sistemas de linguagem constitutivos de cada instância – grupo social e mídia – para tentarmos compreender como os trabalhadores interpretam as representações produzidas pela mídia sobre eles. Vale ressaltar que não estamos separando aqui mídia e trabalhadores como dois sistemas de representação. Entendemos que ambos são constitutivos de um mesmo sistema, que segundo Hall (2010), deve ser concebido no plural, sempre relacionando os sentidos com a linguagem.

Como adentrar nesse universo, nesses sistemas de representação acerca do trabalho escravo a partir dos trabalhadores para, daí, partirmos para compreender a representação midiática acerca deles?

Vale destacar que não partimos da hipótese de que os sistemas de representação sejam coesos nem tampouco homogêneos; mas sim plurais e contraditórios. Também não idealizamos a representação dos próprios trabalhadores como “real”, “verdadeira” ou ainda “a coisa em si”. Entendemos os sistemas de representação como um processo amplo, dinâmico e anacrônico e que comportam mapas conceituais e sistemas de linguagem tanto do grupo de trabalhadores quanto da mídia. Nos interessamos pelas interpretações dessa circulação de informações acerca do trabalho escravo contemporâneo. De que formas os sistemas de representação do trabalho escravo circulam no processo de comunicação midiática? Como as informações são construídas, interpretadas e reinterpretadas tanto pela produção quanto pela recepção? E finalmente buscamos entender se há sentidos compartilhados entre trabalhadores e televisão?

Partimos do pressuposto de que a representação do trabalho escravo analisada em reportagens televisivas é resultado de um conjunto de representações mentais de produtores da notícia bem como de seus sistemas de linguagem (formatos e práticas do telejornalismo) relacionado com um conjunto de representações mentais dos próprios trabalhadores que foram submetidos às condições de trabalho escravo (sujeitos da recepção) bem como a sua auto-representação como “escravos”.

Entendemos que a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.

Partilhando deste posicionamento, podemos destacar que estas práticas estão inseridas em contextos sócio-históricos, dentro dos quais determinadas formas simbólicas

são produzidas, transmitidas e recebidas por sujeitos e têm um significado para eles (THOMPSON, 2013). Neste processo estão envolvidas instituições específicas, por isso, para entendê-las, é fundamental considerar os elementos internos que as constituem, mas mais do que isso, o ambiente, as relações, os modos e técnicas empregados nas etapas do processo comunicativo, as relações de poder etc.

Para Thompson (2013), as formas simbólicas são produzidas em contexto (que ele chama de “estrutura interativa de produção”) e recebidas numa multiplicidade de outros contextos (as “estruturas interativas de recepção”). Podemos pensar nessa proposta do autor para tentar entender as condições de produção e de recepção e de como as relações entre essas condições podem definir os sentidos no contexto da representação na mídia.

Entendemos aqui as condições de produção como um conjunto de fatores (culturais, ideológicos, políticos, sociais) que caracterizam o ambiente da construção bem como da circulação das informações no contexto do telejornalismo brasileiro produzido em emissoras de sinal aberto sobre a temática do trabalho escravo contemporâneo num determinado período de tempo (2009 a 2013). Já as condições de recepção são um conjunto de fatores (culturais, ideológicos, políticos, sociais) que caracterizam o grupo social estudado historicamente e o constituem como o tal; isto é, em condições de vulnerabilidade à exploração da mão-de-obra; e que o coloca nesse lugar de sujeição e, ao mesmo tempo, de sujeitos de suas condições. Neste sentido, entendemos esse grupo de trabalhadores não de uma forma “vitimizada” ou “assujeitada” por uma “autoridade midiática”, mas sim como sujeitos capazes de produzir sentidos no ato de recepção e, dessa forma, podendo interpretar e até mesmo ressignificar os sentidos das notícias veiculadas pela televisão; podendo interferir, em última instância, na construção da representação do trabalho escravo na mídia brasileira.

Estamos interessados nas relações entre essas condições de produção e de recepção para entendermos os sentidos da representação do trabalho escravo na mídia a partir do olhar da recepção (mais propriamente de um grupo de trabalhadores, que são os sujeitos desse processo social estudado). Queremos saber como os trabalhadores percebem a representação midiática acerca deles e até que ponto essa representação apresenta-se com pontos de encontros e desencontros, articulações ou rupturas, com a sua própria auto-representação⁷.

⁷ Não entendemos que os trabalhadores entrevistados possuem uma única auto-representação nem tampouco que ela apresenta-se de forma estanque ou solidificada. Partimos do pressuposto de que a auto-representação desses trabalhadores se constrói na contradição e na diferença; no contexto da heterogeneidade do próprio grupo social.

Segundo Thompson (2013), a recepção dos produtos de mídia acontece em particulares contextos espaço-temporais. Ao responder às ações e expressões dos produtores, os receptores geralmente o fazem como uma contribuição às outras formas de interação nas quais eles participam.

Desde modo, as mensagens da mídia adquirem o que chamarei de “elaboração discursiva”: elas são elaboradas, comentadas, clarificadas, criticadas e elogiadas pelos receptores que tomam as mensagens recebidas como matéria para alimentar a discussão ou o debate entre eles e com os outros. O processo de elaboração discursiva pode envolver indivíduos que não tomaram parte na quase-interação mediada – como quando, por exemplo se descreve o que se viu na televisão a amigos que não assistiram um determinado programa. (THOMPSON, 2013, p.148)

Para o autor, dessa forma, as mensagens da mídia adquirem uma audiência adicional de receptores secundários que não participaram diretamente da “quase- interação mediada”⁸, mas que assimilaram alguma versão da mensagem através de interação face a face com os receptores principais.

No caso do grupo de trabalhadores entrevistados, existem casos de alguns que não tem o hábito de assistir TV periodicamente, mas nem por isso não ficam sabendo dos conteúdos jornalísticos bem como de entretenimento principalmente por conversas com familiares e amigos. Dessa forma, esses trabalhadores também se sentem aptos a comentar e interpretar os fatos narrados por terceiros.

Hall (2003) nos propõe pensar o processo comunicativo como uma “complexa estrutura em dominância”. Neste sentido, ele afirma que devemos reconhecer que a forma discursiva da mensagem tem uma posição privilegiada na troca comunicativa (no ponto de vista da circulação) e que os momentos de codificação e decodificação são “determinados”.

Um evento histórico “bruto” não pode, *nessa forma*, ser transmitido, digamos um por um telejornal. Os acontecimentos só podem ser significados (*be signified*) dentro das formas visuais e auditivas do discurso televisivo. No momento em que um evento histórico é posto sob o signo do discurso, ele é sujeito a toda a complexidade das “regras” formais pelas quais a linguagem significa. Por isso, paradoxalmente, o acontecimento deve se tornar uma “narrativa” antes que possa se tornar um *evento comunicativo*. (HALL, 2003, p. 388-389)

⁸ Neste contexto, Thompson (2013) se refere aos receptores que tiveram contato direto com os programas televisivos.

Mesmo sem conceituar, o autor nos dá pistas para compreender a representação midiática, e mais precisamente a representação da televisão, quando afirma que a “forma mensagem” é a necessária “forma aparência” do evento na sua passagem da fonte para o receptor. “Assim, a transposição para dentro e para fora da “forma mensagem” (ou o modo de troca simbólica) não é um “momento” aleatório que nós podemos considerar ou ignorar conforme nossa conveniência” (HALL, 2003, p. 389)

Para o autor, a produção de sentido depende da prática de interpretação; e a interpretação está sustentada pelo uso dos códigos linguísticos, sociais e culturais. Neste contexto, partimos para uma estratégia de análise desses sistemas de representação a partir da construção de duas categorias capazes de articular as narrativas dos trabalhadores -- que chamaremos aqui de *narrativas de vida* --, com as narrativas do telejornalismo -- que chamaremos aqui de *narrativas de mídia*.

Entendemos aqui por *narrativas* um conjunto de códigos linguísticos, culturais e sociais que são regidos por normas próprias. Fazemos a distinção entre as *narrativas de vida*, constitutivas de um determinado grupo social (no nosso caso, de trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo) e as *narrativas de mídia*, formatadas a partir de estruturas institucionais próprias da televisão (e mais propriamente do telejornalismo), com suas práticas e redes de produção, suas relações organizadas e infraestrutura técnica.

Não concebemos as *narrativas de vida* separadas das *narrativas de mídia*, uma vez que partimos do pressuposto de que as narrativas são, antes de tudo, dinâmicas, contraditórias e construídas socialmente. Dessa forma, uma *narrativa de vida* pode estar entremeadada de *narrativas de mídia* ou vice-versa⁹.

3. Identificação e identidade

Segundo Hall, a carreira semântica oficial de identidade assinala “aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história”. O conceito de identidade que interessa ao autor é o chamado da modernidade tardia ou da pós-modernidade, mais fragmentada e fraturada, que não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos (2013, p. 108)

⁹ Vale destacar que não trazemos neste momento resultados de análise acerca das narrativas de vida e das narrativas de mídia; estes estão sendo construídos para a tese. A proposta desta comunicação é trazer ferramentas teóricas-metodológicas que nos ajudam a fazer algumas aproximações com a pesquisa empírica, também em curso.

A identidade, portanto, é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas (HALL, 2013).

Vale destacar que os trabalhadores escolhidos para a realização do presente estudo de recepção não são de uma mesma comunidade, ou seja, não residem numa mesma localidade; não possuem necessariamente laços de parentesco e nem tampouco apresentam expectativas de vida compartilhadas entre si, isto é, não apresentam a mesma identidade, no conceito clássico¹⁰. Os trabalhadores são originários de vários municípios maranhenses e foram agrupados numa condição de “resgatados” do trabalho escravo contemporâneo a partir de ações de fiscalização do (MTE) Ministério do Trabalho e Emprego. Vale destacar que chegamos até eles por intermédio do movimento social que luta pelos direitos humanos no mundo do trabalho, neste caso mais propriamente pelo CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran), localizado no município de Açailândia, Maranhão, um dos locais de maior incidência de trabalho escravo no Estado.

Para Hall (2013), as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência.

Elas (as identidades) tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (HALL, 2013, p.109)

Essa relação entre a identidade e a auto-representação do grupo social nos interessa. E para melhor alcançarmos essa dinâmica a partir da representação dos trabalhadores na mídia, buscamos na identificação esse movimento entre o como eles se representam e se percebem no contexto da escravidão contemporânea com o como eles percebem a representação de si na televisão.

Segundo Woodward (2013) a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma “marcação simbólica” relativamente a outras identidades. Para a autora, a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais.

¹⁰ Entendemos aqui que esses trabalhadores não compartilham necessariamente, dos mesmos ideais, como de ter uma terra para plantar, por exemplo. O grupo estudado é heterogêneo e apresenta características muito distintas e, portanto, não podem ser tratados como um grupo de marcas identitárias fortes, como podemos pensar nos próprios quilombolas do Maranhão, isto é, em comunidades que possuem uma relação de ancestralidade com a terra e apresentam-se com características coletivas bem definidas e até mesmo políticas e reivindicatórias.

A conceituação da identidade envolve o exame dos “sistemas classificatórios” que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas, como por exemplo entre “nós e eles”; sempre numa relação de alteridade. No caso estudado, percebemos esses aspectos cambiantes da identidade do grupo de trabalhadores rurais maranhenses que apresentam diferenças entre si, mas que são muitas vezes obscurecidas com relação às diferenças que eles apontam com “os outros”, podendo ser pensado aqui nos próprios produtores de notícias, que constroem sua representação ou mesmo ao restante da sociedade, que não foi submetida a condições de trabalho escravo.

Para Hall (2013), o conceito de identificação acaba por ser um dos menos bem desenvolvidos no contexto das teorias sociais e culturais e é “quase tão ardiloso – embora preferível – quanto o de identidade”. E resta-nos buscar compreensões tanto no repertório discursivo quanto no psicanalítico sem nos limitarmos a nenhum deles para podermos dar conta deste conceito tão complexo.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal (...) a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. (HALL, 2013, p. 106)

Segundo Woodward (2013), a ênfase na representação e o papel-chave da cultura na produção dos significados que permeiam todas as relações sociais levam, assim, a uma preocupação com a identificação. Segundo a autora, esse conceito tem origem na Psicanálise uma vez que descreve o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades.

4. Resultados preliminares

Apresentamos a seguir três reportagens jornalísticas que foram veiculadas em canais abertos de televisão no período de 2009 a 2013 e que assistimos junto a um grupo de trabalhadores egressos do trabalho escravo contemporâneo para a realização da primeira etapa do estudo de recepção. As reportagens compõem o *corpus* da pesquisa e exemplifica aqui o tratamento que temos tido com o tema, bem como abordarmos a identificação que o material desperta no grupo estudado.

Tabela 1 – Reportagens televisivas

Reportagem	Imagens	Entrevistas	Abordagem
Trabalho escravo no Maranhão Açailândia (denúncia de juiz do trabalho)	Ações de Fiscalização; Locais de trabalho: principalmente Fazendas; Acessos à fazendas; Contratos com trabalhadores; Alojamentos; Trabalhadores em Carvoarias; Inquérito	Ministro do Trabalho; Trabalhadores; Representantes de movimentos sociais; Procuradora do Trabalho; Proprietário de fazenda	Denúncia pautada por um inquérito policial cujo alvo era um juiz do trabalho.
Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás	Aliciadores; Estrada de ferro Carajás; Carajás	Aliciadores (gatos); Procurador do Trabalho; Trabalhadores;	Aponta os possíveis motivos que levam uma pessoa a trabalhar como escravo.
Sudoeste do Maranhão convive com a violência no campo	Carvoarias; ONG	Família de trabalhador; Trabalhador; Representantes de movimentos sociais.	Denúncia de violência no campo agravada com o alto índice de trabalhadores escravos.

Fonte: pesquisa documental.

A partir das tabelas, podemos verificar que as três reportagens selecionadas tratam o tema com abordagens jornalísticas diferenciadas (denúncia, modos de vida, formas de trabalho). A primeira reportagem trata-se de uma denúncia de que um juiz do trabalho estava mantendo trabalhadores em condições análogas à escravidão no município de Bom Jardim (MA). São utilizadas imagens de fiscalizações que retratam más condições nos alojamentos bem como de trabalhadores no “serviço pesado”.

A segunda trata o trabalho escravo sob o viés dos possíveis motivos deste, como a baixa escolaridade, a ausência de oportunidades nos lugares onde vivem e as promessas feitas pelos chamados “gatos” (aliciadores). Além disso, a repórter acompanha o trajeto de pessoas que viajam pela Estrada de Ferro Carajás, mostrando um pouco dessa realidade.

Já a terceira reportagem aborda o tema a partir de denúncias de violência no campo provocada pelo alto índice de fazendeiros que mantém trabalhadores em regime de escravidão. Desta forma, crimes tornam-se constantes nessa região. A matéria apresenta imagens de carvoarias e entrevistas com trabalhadores e de famílias de pessoas que foram vítimas da “ira” dos fazendeiros.

Durante a primeira etapa do trabalho de campo¹¹, tivemos a oportunidade de assistir a essas reportagens (juntamente com outras) com um grupo de nove trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo contemporâneo. Quando questionados sobre a representação midiática acerca deles, em geral, as respostas apontaram que eles se sentiam representados, embora faltassem elementos que pudessem caracterizá-los. Um apontamento interessante nesta ocasião foi de que eles não se “auto-representam” como escravos, mas percebem essa denominação a partir do contato com os auditores fiscais do trabalho ou mesmo com os agentes do movimento social em defesa dos direitos humanos; que os chamam de escravos.

Um dos participantes¹² afirmou durante a entrevista: “Eu sou trabalhador rural; não sou escravo. Escravo eram aqueles negros que no tempo antigo vieram da África (...) Mas essa conversa agora tem beneficiado a gente. Fui resgatado da fazenda e recebi meus direitos, meu seguro desemprego (...) então acho que essa escravidão que eles tão falando é outra”.

Em geral, percebemos que há identificação entre os trabalhadores entrevistados com as reportagens assistidas, embora se apresente em graus e formas diferentes para cada indivíduo do grupo de discussão. A precariedade dos locais de trabalho, bem como as más condições de higiene, moradia e alimentação são fatores quase unânimes de identificação. Onde mais percebemos variações são nas “formas simbólicas” de sujeição dos trabalhadores ao regime de trabalho escravo encontradas nas *narrativas de mídia* que os representam.

A gente assiste e se identifica, mas acho que falta. Sempre quando assisto uma reportagem sinto que falta alguma coisa. Parece que a equipe da reportagem não consegue passar a forma do sofrimento das pessoas como é de verdade (...) mas isso acontece porque quando eles (jornalistas com equipes de reportagem) chegam na fazenda, não dão conta de saber como é o tratamento desses trabalhadores (...) é muita humilhação, minha senhora, e isso parece que eles não conseguem mostrar. (Trabalhador entrevistado em agosto de 2013, Açailândia, Maranhão)

O comentário desse trabalhador é compartilhado por outros do grupo de discussão, que apresentam, por sua vez, algumas explicações para que isso aconteça, como segue:

¹¹ A primeira etapa do trabalho de campo foi realizada em agosto de 2013, nas dependências do CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran), em Açailândia, Maranhão. Na ocasião, realizamos um grupo de discussão com um grupo de nove trabalhadores que foram submetidos a regimes de trabalho escravo nos últimos anos.

¹² O trabalhador não será identificado para preservação de sua identidade.

(...) Mas isso aí que ele tá dizendo acontece porque eles nunca vão saber mesmo o que acontece dentro da fazenda (local de trabalho). Eles chegam na sede e de lá quase não andam nos arredores, onde o bicho pega. Nossos barraco, nossa vida neste lugar não acontece na sede; mas no meio do mato. E até aí eles quase não chega (...) Mas não é culpa deles não; é a condição do trabalho (das equipes de reportagem), que não dá tempo de ver tudo. (Trabalhador entrevistado em agosto de 2013, Açailândia, Maranhão)

(...) eles (equipes de reportagem) tão sempre na correria, pega um depoimento aqui e outro ali e faz lá a junção deles. Muitas vez fica bom; mas não é exatamente aquilo que a gente vive (Trabalhador entrevistado em agosto de 2013, Açailândia, Maranhão)

(...) precisava era de tempo pra conviver com a gente e ver como a gente vive (...) mas pelo menos a nossa exploração tá sendo repassada pra todo mundo saber (...) mesmo que não é do jeito que é, é importante que eles falem da gente (Trabalhador entrevistado em agosto de 2013, Açailândia, Maranhão)

Podemos interpretar esses comentários a partir do conceito de “apropriação” (THOMPSON, 2013), quando se refere à propagação do processo de recepção das mensagens. Para o autor, “apropriar” é “tornar próprio” algo que é alheio ou estranho; é encontrar um meio de se relacionar com ele e de incorporá-lo na própria vida.

Assim fazendo, os indivíduos se valem dos próprios conhecimentos, de suas habilidades adquiridas e dos recursos que lhe são disponíveis. Estes atributos sociais são elementos substantivos no processo de apropriação que começa com uma recepção inicial das mensagens da mídia, mas se estende muito além dela, envolvendo outros contextos, outros indivíduos, outras mensagens entrelaçadas com aquelas inicialmente recebidas. (THOMPSON, 2013, p.149)

Para o autor, ainda que os diversos contextos de recepção tenham certas características comuns, é importante enfatizar que os atributos sociais que os indivíduos trazem para estes contextos não são os mesmos em todos os lugares. Neste sentido que as *narrativas de vida* podem traduzir neste trabalho os contextos e as apropriações dos trabalhadores sobre a sua própria vida e, ao relacionarmos às *narrativas de mídia* acerca deles, buscamos apreender as articulações que denotam a representação do trabalho escravo na televisão.

5. Considerações finais

No caso das “apropriações” dos trabalhadores sobre a representação da mídia sobre trabalho escravo, podemos perceber neste primeiro contato com o objeto empírico, que as “formas simbólicas” de apresentação de suas condições pela mídia são, em geral, distintas das “formas simbólicas” construídas pelo grupo social estudado. Ou seja, ao falar das condições de sujeição do trabalho, as *narrativas de vida* tratam de aspectos internos do grupo (como a questão da desonra, que percebemos tão forte nas falas dos trabalhadores; até mais importante do que os próprios direitos trabalhistas violados) que não aparecem nas *narrativas de mídia* de acordo com os entrevistados.

Da mesma forma, as *narrativas de mídia* levantam questões (como de que trabalho escravo trata-se de crime lesa-humanidade, de violação dos direitos humanos) que não estão pautadas necessariamente nas *narrativas de vida*, uma vez que os trabalhadores muitas vezes não tem o entendimento das noções de cidadania operadas pela mídia.

Mesmo assim, se aprofundarmos nosso olhar sobre essas *narrativas*, observamos que, em última instância, elas tratam de coisas parecidas, com sentidos (mapas conceituais) e formatos (sistemas de linguagem) diferentes. Ou seja, quando o trabalhador fala de “desonra”, de algum modo, ele está falando de “violação de direitos humanos”. Isso também acontece com as *narrativas de mídia*, que se apropriam de algumas falas dos trabalhadores e constroem uma representação do trabalho escravo, ancorada principalmente pelo “discurso dominante” dos operadores do Direito (advogados e demais representantes governamentais partícipes da rede de repressão ao trabalho escravo) ou mesmo, neste caso específico, dos agentes do movimento social que, muitas vezes, falam (em geral de forma militante e engajada) pelos trabalhadores nas reportagens.

Segundo Hall (1997b), identidade emerge, não tanto de um centro interior, e um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós por alguns dos discursos. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. Neste sentido, as identidades (ou as identificações) tratadas nos sistemas de representação do trabalho escravo são construídas de acordo com os contextos históricos, culturais e sociais.

6. Referências bibliográficas

- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1997b.
- HALL, Stuart, **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. **El trabajo de la representación**. In Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Perú/Colômbia/Ecuador, 2010.
- HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MORLEY, David. **Televisión, Audiencias y estudios culturales**. Amorrortu editores. Buenos Aires, 1996.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, 14^a ed., RJ: Vozes, 2013.
- SOARES, Murilo César. **Representações e comunicação: uma relação em crise**. Líbero, Ano X, nº 20, Dezembro 2007.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.